

## EDITORIAL

### Investigação-ação e cidadania - Diálogos e desafios

Vivemos uma atualidade marcada por fenómenos sociais, culturais, económicos e políticos, à escala mundial, que são preocupantes, do ponto de vista do respeito pelos direitos humanos. Fenómenos como a crença em 'verdades alternativas' e a manipulação dos meios de informação e comunicação social, os extremismos e os discursos racistas, xenófobos, homófobos, e outros que promovem o radicalismo, a exclusão e a divisão social, e novas formas de escravatura (laboral, sexual), são sinais de um tempo em que os seres humanos são desprovidos da sua humanidade, peças de máquinas de produção de capital, máquinas alimentadas pela ganância e impulsos consumistas desenfreados de massas sedadas. Numa era em que qualquer desculpa serve para manter o *status quo* dos poderosos, o atropelo dos direitos fundamentais das crianças e indivíduos vulneráveis à proteção dos Estados, as migrações forçadas pelas guerras de poder e de controlo de territórios físicos e simbólicos, e tudo o resto que não temos aqui espaço para nomear, não podem deixar de constituir *desafios* a serem equacionados pelas comunidades de investigadores e profissionais, cujo trabalho vise o desenvolvimento humano.

Como afirmamos recentemente (Paraskeva & Moreira, 2020), não se pode abordar as questões de uma educação para uma cidadania justa sem a relacionar com os processos mais amplos da globalização neoliberal, numa altura em que a Europa enfrenta ondas massivas de cidadãos africanos e do Médio Oriente que procuram santuário para escapar da pobreza, exploração, fome, violência, violação, escravatura, ou tráfico humano. São imigrantes, refugiados, seres despojados de direitos de *cidadania* trazida pela deslocação forçada. E apesar do crescimento desta desigualdade, pobreza, exploração e opressão globais, e que deveria resultar num movimento de reforço da justiça social e da solidariedade entre os povos europeus, fazendo jus à tradição humanista e de valores liberais num continente cujo ADN é fortificado por migrações contínuas ao longo de tempos imemoriais, o que assistimos hoje é ao ressurgimento de impulsos fascistas, populistas e de extrema-direita. Estes vêm, com pezinhos de lã, pavimentar a estrada para o ataque descarado às minorias subordinadas, reacendendo as memórias de um passado europeu negro não tão longínquo assim. Afinal de contas, ainda há

quem defenda que o Holocausto não existiu, um debate que em vez de ser liminarmente cancelado pela aberta e descarada estupidez e ignorância dos argumentos, ganha cada vez mais força pelo papel que a cultura das ‘fake news’ e verdades alternativas tem vindo a ter no panorama global.

Todavia, também se registam iniciativas de luta pelos direitos de cidadania das populações mais excluídas e que nos levam a equacionar o papel da sociedade (e que somos todos e todas nós) no combate às diversas formas de desigualdade e exclusão. Vejam-se os acontecimentos recentes no Chile ou em Hong Kong, onde as povoações se revoltam contra sistemas opressivos, violentos e geradores de cada vez maiores desigualdades, escudados em políticas neoliberais e em práticas capitalistas que expoliam os mais pobres para que os mais ricos se tornem cada vez mais ricos. Como escreve Sílvia Redon, uma professora e investigadora da Universidade Católica de Valparaíso, aquilo se está a passar atualmente no Chile é uma questão de *cidadania*: quando o sistema capitalista se alia a um modelo neoliberal que não faz mais do que acentuar as desigualdades, o endividamento, a privatização e a mercantilização dos direitos sociais, baixa o salário mínimo enquanto aumenta os rendimentos dos políticos e gestores de altos cargos públicos, e quando a comida, os fármacos e o transporte são os mais caros do planeta, o resultado só pode ser todo um povo sumido no desespero e numa deteriorada saúde mental. Tal como em Hong Kong, também no Chile os militares e a polícia usam bombas lacrimogéneas e formas violentas de repressão, sobre “um punhado de jovens transgressores que perturbam a ordem pública e destroem o bem público”: “hoje, o Chile está a mostrar a sua cara verdadeira – o desenvolvimento económico e os privilégios são apenas para poucos, como sempre...” (Redon, 2019, p. 1, trad. nossa).

Como tenho vindo a afirmar, suportando-me no trabalho de muitos intelectuais críticos, há que expor a falácia das narrativas que colocam o ónus das desigualdades no trabalho dos profissionais (da educação, da saúde, da justiça...) e na conseqüente mediocridade do seu trabalho. Num modo bem próprio da ideologia ‘fake news’ e ‘verdade alternativa’, estas narrativas ignoram propositadamente a evidência científica acumulada, que existe um saber próprio da profissão que deve ser desenvolvido em *diálogo* e no estrito respeito epistémico pela “ecologia de culturas e saberes” (Santos, 2007) própria da diversidade e da riqueza do humano.

Este volume agrega quatro textos apresentados no II Congresso Internacional da Rede Estreia Diálogos, que decorreu em Braga, Portugal, a 23 de outubro de 2019. Neste congresso, debateram-se alguns *desafios* sociais, políticos, educativos, profissionais e outros, entrando num *diálogo cidadão* alimentado por teorias e práticas da *investigação-ação* desenvolvidas em

diferentes contextos nacionais e profissionais. Este diálogo decorreu à volta de 4 eixos temáticos: Diversidade, cidadania e direitos humanos; Migrações, multiculturalidade e inclusão; Ética e qualidade na investigação-ação e Desafios metodológicos à investigação-ação.

Como profissionais e estudiosos do desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, os autores dos textos apresentados no congresso unem-se na crença de que a investigação-ação, sendo de natureza participada, colaborativa, *dialógica* e emancipatória e radicada numa epistemologia libertária, de respeito pelo desenvolvimento harmonioso de todas as vertentes do humano, em equilíbrio com a proteção do planeta, com uma metodologia autorreflexiva sustentada na análise crítica da prática, constitui uma ferramenta de resistência (ou mesmo de combate) de enorme valor face a modelos gargantuanos, de matrix capitalista e neoliberal, que tudo devoram e tudo destroem.

As diversas modalidades de intervenção no congresso abordaram questões de educação para a cidadania democrática e global, educação (socio)ambiental, combate à pobreza e exclusão social, educação multi/ intercultural, educação especial, educação para o desenvolvimento sustentável, educação para os direitos humanos, integração de migrantes e minorias, desenvolvimento de competências socioemocionais e transversais, teoria e pedagogia críticas, educação nas áreas académicas escolares e formação inicial e desenvolvimento profissional de professores, gestores, mediadores, assistentes sociais e outros profissionais, entre outras.

Sob o tema *Investigação-ação e cidadania - diálogos e desafios*, este número especial da revista EstreiaDiálogos, na linha dos números anteriores, visa “aprofundar o debate e o diálogo crítico em torno das questões teóricas e metodológicas que caracterizam a investigação-ação, tendo em vista a transformação e a melhoria dos contextos e das práticas e a promoção da justiça social” (Flores & Silva, 2016, p. 19). Visa refletir sobre o papel da investigação-ação ao serviço de uma cidadania plena em sociedades democráticas, discutindo formas de diálogo e modos como os desafios se colocam e/ou são enfrentados, através de práticas sociais e profissionais que promovem a inclusão, o diálogo intercultural, a emancipação, a justiça social e cognitiva, e outras formas de capacitação dos sujeitos e transformação dos seus contextos vivenciais.

Neste volume reúnem-se quatro textos apresentados no congresso. Inicia-se com o texto da conferência de abertura de Manuela Guilherme, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, intitulado “Pedagogia crítica e educação para a cidadania intercultural: Investigação e praxis”. Neste texto a autora propõe uma matriz conceptual para a

academia glocal, *Glocademia*, e para os académicos, *Glocadémicos*, enquanto “investigadore/as, e professore/as de hoje que respondem, tanto trans- como internacionalmente, às questões locais e globais, abraçam as suas ‘comunidades de prática’ como parceiros de investigação e estão comprometidos com o reconhecimento de uma ecologia de saberes.” Esta matriz assenta em três eixos (*Glocadémicos*, Línguas Glociais e Responsabilidade Intercultural), cada um assente num tripé concetual: ligação entre Ciência, Educação e Sociedade, Interculturalidade, cidadania e pedagogia e *Glocadémicos*, línguas glociais e responsabilidade intercultural. O texto finaliza com a defesa de uma investigação e inovação responsáveis e eticamente comprometidas, “para nos movermos com ideias sobre o que estamos a fazer e para onde queremos ir, neste turbilhão no meio do qual se desenrola o início do século XXI.”

Os dois textos que se seguem centram-se no papel da investigação-ação na formação inicial de educadores de infância. O texto de Deolinda Ribeiro, do Politécnico do Porto, Portugal, intitulado “Investigação-ação-formação: um caso na formação inicial de educadores”, apresenta uma análise do impacto dos processos de investigação-ação na reconstrução do pensamento e práticas de educadoras de infância em formação inicial. Através da análise de 20 relatórios de estágio, a autora conclui que a investigação-ação promove a reconstrução de conceções de pedagogia, facilita a construção e problematização de significados da ação profissional e a emergência de processos colaborativos na formação assentes no diálogo e na regulação da ação. Estes processos são cruciais para a consolidação de uma epistemologia praxeológica, central na formação de profissionais reflexivos críticos.

O texto de Ana Peixoto, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal, intitula-se “Os desafios da formação inicial de professores e educadores e a investigação-ação: alguns contributos da práxis”. Apresenta uma análise de 180 relatórios de estágio, produzidos no âmbito de um mestrado de formação inicial de educadores de infância. Fazendo a distinção entre estudos de caso e estudos de investigação-ação, a autora conclui que, apesar dos desenhos declarados nos relatórios analisados serem, maioritariamente do primeiro tipo, a sua análise mostra o inverso. Esta aparente falta de clarificação concetual por parte do/as estagiário/as sobre a sua ação deve-se aos fortes constrangimentos de tempo que percecionam no desenvolvimento de projetos de intervenção com impacto na ação profissional, não obstante o registo das suas práticas evidenciarem o contrário.

O texto final, de Fernanda Nunes da Silva, Allana Ladislau Prederigo e Mariangela Lima de Almeida, da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, intitula-se “Diálogos sobre

pesquisa-ação, inclusão escolar e formação continuada na escola”. Como o título indica, este texto centra-se no papel da investigação-ação ao serviço de processos de inclusão escolar, através do desenvolvimento de pesquisa-ação colaborativo-crítica no contexto de uma escola pública municipal do Estado do Espírito Santo/Brasil. Tendo sido o projeto de investigação desenvolvido em duas fases, uma de compreensão do contexto, a segunda de participação e colaboração na escola, o texto seleciona a primeira fase para análise do modo como a formação continuada, assente em processos de investigação-ação crítica e emancipatória, pode atender a demandas formativas que ultrapassem uma racionalidade instrumental. As necessidades de formação continuada identificadas evidenciam a urgência de uma formação de professores crítica e comprometida com processos de transformação educativa, ao serviço de escolas mais inclusivas, logo socialmente mais justas e mais equitativas.

Esta finalidade é, aliás, central a todos os textos: a investigação-ação só faz sentido em contextos sociais e educativos que se visem promotores de *mais cidadania* – de uma cidadania democrática, inclusiva, equitativa, assente em processos participados, dialógicos e valorizadores da diversidade humana em toda a sua complexidade e riqueza.

**Maria Alfredo Moreira**

Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho

## Referências

- Flores, M. A. & Silva, C. (2016). Editorial: A ESTREIADIÁLOGOS como fórum de consolidação da investigação-ação no mundo lusófono. *Revista EstreiaDiálogos*, 1(1), 9-20.
- Paraskeva, J. M. & Moreira, M. A. (2020). Itinerant curriculum theory in the making: Towards alternative ways to do alternative forms of teacher education. In A. Raiker, M. Rautiainen, & B. Saqipi (Eds.), *Teacher education and the development of democratic citizenship in Europe* (1st Ed.) (pp. 125-143). Oxon & New York: Routledge.
- Redon, S. (2019). *Los tempos de postverdades: ¿A quién defienden los militares?*. Manuscrito não publicado.
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.